

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA SUB-REGIÃO DE MACAPÁ, DA GÊNESE A ESTADUALIZAÇÃO

ORGANIZATION OF SPACE MACAPÁ SUB- REGION OF GENESIS THE ESTADUALIZAÇÃO

Joao Paulo de Almeida Amorim
Universidade Federal do Amapá
joapauloamorim30@gmail.com

Jadson Luis Rebelo Porto
Universidade Federal do Amapá
jadsonporto1967@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de analisar a organização espacial da sub-região de Macapá – SRM, na Amazônia Setentrional Amapaense – ASA, que é composta pelos municípios de Macapá, Santana, Mazagão, Porto Grande, Ferreira Gomes, Serra do Navio, Itaubal do Píririm, Pedra Branca do Amaparí e Cutias do Araguaí, através de seus aspectos político-administrativos, com destaque a partir de seu desmembramento territorial e a dinâmica econômica presente na região de sua gênese até o período de sua estadualização. A forma como está organizado este artigo revela a necessidade de se compreender os diferentes papéis conferidos a sub-região de Macapá, na ASA, em particular. Para tanto, a metodologia utilizada no artigo foi analisar dados secundários, documentos, livros e artigos científicos que comprova a importância desta dentro da Amazônia, em sua dinâmica socioespacial. Por fim, a configuração espacial resultante de sua organização, denota a importância da SRM, em sua área core.

Palavras-chave: Sub-região de Macapá; Organização espacial; Amazônia Setentrional Amapaense.

Abstract: This article aims to analyze the spatial organization of the subregion of Macapa - SRM in Northern Amazon Amapaense - ASA, which is composed of the municipalities of Macapa, Santana, Mazagão, Porto Grande, Ferreira Gomes, Serra do Navio, Itaubal the Píririm, Pedra Branca do Amapari and Agouti Araguari, through its political and administrative aspects, especially from its territorial dismemberment and economic dynamics present in the region of its origin to the period of his estadualização. How is organized this article reveals the need to understand the different roles given to Macapa sub-region of ASA in particular. Therefore, the methodology used in the study was to analyze secondary data, documents, books and papers that proves the importance of this in the Amazon, in its socio-dynamics. Finally, the spatial configuration as a result of its organization, shows the importance of the SRM, in its core area.

Key words: Sub - region of Macapa; Spatial organization ; Amazon Northern Amapaense .

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o objetivo de analisar a sub-região de Macapá – SRM (Mapa 1), que é composta pelos municípios de Macapá, Santana, Mazagão, Porto Grande, Ferreira Gomes, Serra do Navio, Itaubal do Pírim, Pedra Branca do Amaparí e Cutias do Araguaí, sua organização espacial, através de seus aspectos político-administrativos, com destaque a partir de seu desmembramento territorial e a dinâmica econômica presente na região, de sua gênese até o período de sua estadualização.

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL – UM ANÁLISE TEÓRICA

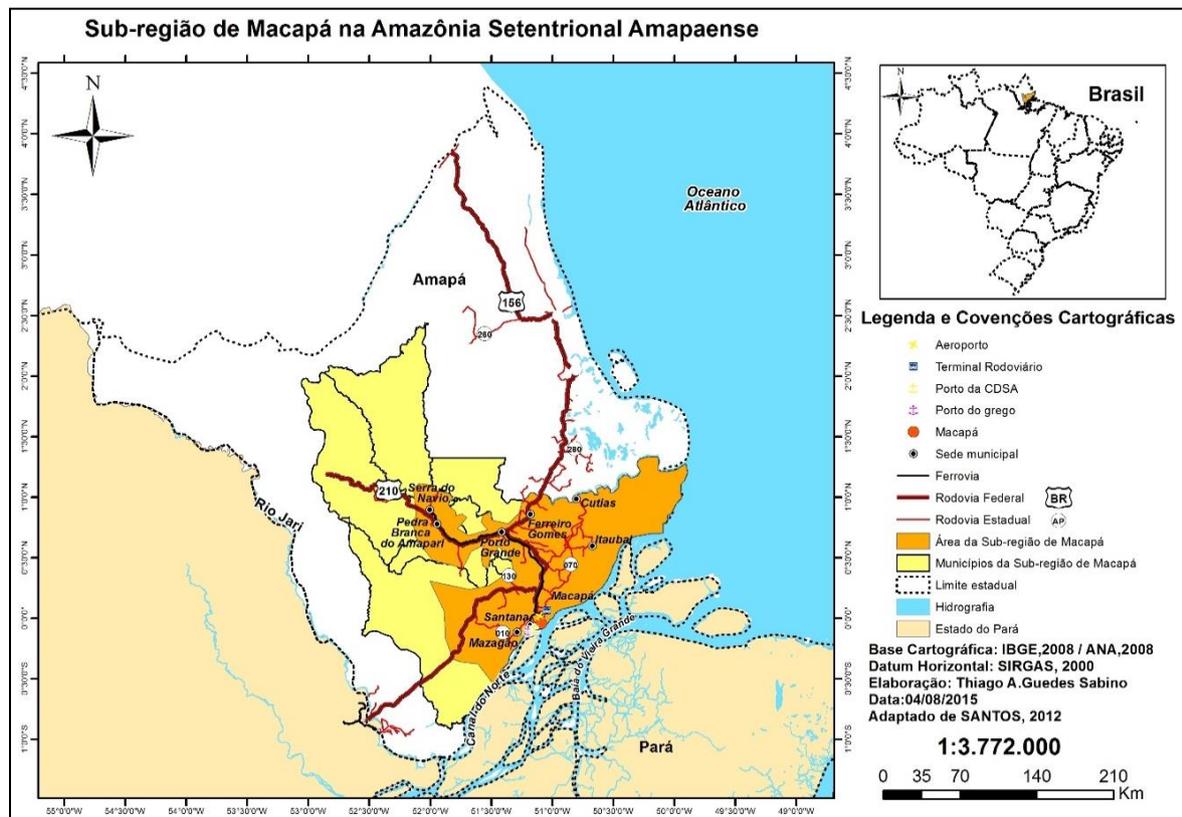
O conceito de Organização espacial, desenvolvido por Corrêa (1989), remete ao estudo da sociedade, complexa e multifacetada, a partir de uma visão que compreende a totalidade social como materialidade, isto é, um objeto concreto. A organização espacial é uma dimensão da totalidade social construída pelo homem ao perpetrar a sua própria história. Ela é, no processo de transformação da sociedade, modificada ou cristalizada, a própria sociedade espacializada.

A reflexão sobre Organização espacial é herdada das interpretações do materialismo histórico e dialético de Marx, que concebe a sociedade como uma eterna construção, uma sociedade em movimento contraditório, partindo da transformação da primeira natureza em segunda natureza. Segundo o autor, os objetos fixos e as formas espaciais construídas sobre a superfície terrestre obedecem à uma lógica.

Essa lógica de organização, a partir do trabalho socialmente produzido, cria objetos ligados às necessidades de cada grupo social no momento histórico. Em uma sociedade de classes, a organização espacial refletirá tanto a natureza classista da produção e do consumo de bens materiais, como o controle exercido sobre as relações entre as classes sociais que emergiram das relações sociais ligadas à produção, determinadas em cada tempo (CORRÊA, 1989).

A organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução) (Op. Cit.). Se a sociedade é um eterno devir, o espaço é, também, dotado de movimento contraditório que escreve em sua materialidade a construção histórico-social da práxis humana. São os processos sociais que vão originar as funções e as formas espaciais, cuja distribuição irá constituir-se na própria organização do

espaço (SANTOS, 2004). Nesse contexto, a organização espacial é a concretude das relações sociais no espaço através do trabalho social.



Mapa 1: Sub-região de Macapá – SRM

A partir desta reflexão, a análise da Organização espacial auxilia a compreender e conhecer melhor nossa área de estudo, no caso a SRM e a (re)organização espacial construída, ao longo da trajetória deste espaço. Essa análise teórica nos remete a entender também o fenômeno urbano e a urbanização do espaço sub-regional macapaense como partes da realidade social. Tal comportamento se deve às origens daquelas que viriam a serem as primeiras cidades da Amazônia (OLIVEIRA; SCHOR, 2008).

Desde o início da colonização, esses aglomerados constituíram *lócus* estratégicos e sempre foram associados, de alguma maneira, à imposição de um projeto civilizatório e de dominação dos espaços pela coroa portuguesa. A gênese de formação espaço amapaense, onde se encontra a sub-região de Macapá não foge à essa lógica.

Segundo Santos (2012) a SRM, teve sua origem ligada, principalmente à criação dos municípios de Macapá e Mazagão, que, ao lado de Amapá figuram como os três primeiros municípios do atual estado do Amapá. Contudo, considerando que são 3 momentos históricos distintos, defende-se aqui, que a organização espacial da SRM está diretamente relacionada à 3 fatores: 1) à gênese e organização espacial (pré-1944); 2) às ações geoeconômicas e

territoriais da Icomi e; 3) à consolidação de Macapá como capital. No entanto, o terceiro ponto desta periodização não entra na discussão deste artigo por ser posterior à estadualização amapaense.

GÊNESE E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL PRÉ-1944

No contexto da Amazônia, Corrêa (1987) afirma que a urbanização na região tem início com a fundação da cidade de Belém. De acordo com Moreira *apud* Amaral (2010) a fundação de Belém tem um sentido muito claro que é o de “garantir a expansão lusa na América do Sul”, uma vez que Portugal buscava aproveitar e descobrir com fins políticos, militares ou econômicos, certas vantagens naturais ou geográficas. É neste contexto que a cidade de Belém surge como polarizadora e irradiadora da expansão urbana na Amazônia, através da política de fortificações na calha do Amazonas. “A localização da cidade próxima à foz do Amazonas garantia-lhe o controle defensivo do litoral e do vale, ao mesmo tempo, em que viabilizava o futuro controle econômico” (TOSTES, 2006, p. 25).

O Amapá, *área core* da ASA, teve suas origens ligadas à coroa portuguesa no período denominado de Brasil-Colônia. As terras aqui batizadas inicialmente com o nome de *Adelantado de Nueva Andaluzia*, foram concedidas pelo rei Carlos V à Francisco Orellana, em 1544, que não teve interesse na área (CHELALA, 2008). Neste período, destaca-se a construção do Forte Cumaú ou Forte de Santo Antônio de Macapá (próximo à Praça de Macapá), no ano de 1688, o que propiciará a fundação da Vila de São José de Macapá, em 1758.

Posteriormente, com o interesse francês¹ em ocupar a região, na tentativa de expandir seu território no platô das Guianas, o Estado português se vê obrigado a resguardar a entrada da foz do rio Amazonas, pelo fato de sua importância estratégica na ocupação do território de sua colônia. As chamadas então Terras do Cabo Norte² foram ocupadas sob litígio entre portugueses, ingleses, holandeses e espanhóis durante um longo período entre os séculos

¹ As primeiras incursões francesas, nas terras do Cabo Norte, datam em fins do século XVII (1697), ordenados por Luís XIV, com o objetivo de “estender a fronteira de Caiena até o Amazonas [...] para conquistar as posições militares luso-brasileiras e assenhorear-se de toda a região” (REIS, 1949, p. 28-29).

² Em 1636, Bento Maciel Parente recebe por doataria o agora chamado Território do Cabo Norte que, em 1637 tem como nome oficial Capitania da Costa do Cabo Norte. As terras do Cabo Norte, atualmente configurando parte da ASA, estiveram atreladas, assim como o restante das terras sob o domínio das coroas ibéricas no Novo Mundo, a um conjunto de teorias e de práticas de intervenção que se desenvolveram na Europa moderna desde a metade do século XV, denominada de mercantilismo, as quais permitiram às nações europeias acumular riquezas através de relações pré-capitalistas de produções, ou seja, por meio de acumulação primitiva de capital (SANTOS, 2012, p. 115).

XVIII e XX (litígio franco-brasileiro) só resolvidos pelo Laudo suíço que deu ganho de causa ao governo português.

A sub-região de Macapá, na ASA, é uma construção social, que, ao longo do tempo e dos modos de produção foi se modificando e se reconstruindo espacialmente para atender as demandas sociais e de infraestrutura de acordo com a prática social exercida em cada período histórico determinado. Em um primeiro momento, a SRM, serve como ponto estratégico de defesa do território português e produtor agrícola, na embocadura do rio Amazonas e, em um segundo momento como entreposto comercial com a cidade de Belém e as ilhas do golfo Marajoara³.

Nesse contexto histórico, a partir da criação da vila de São José de Macapá, tem-se a criação do primeiro município da SRM, Macapá, seguido por Mazagão. A cidade que nasce a partir da fortificação de São José de Macapá, em 1856, tem o objetivo de servir como defesa do território para a colônia portuguesa, principalmente e celeiro agrícola com a prática da rizicultura.

A gênese desta sub-região remete à criação da vila de São José de Macapá (1638), que nasce com os objetivos iniciais de ocupação e garantia de domínio territorial; a um sistema missionário, que criaram um sistema agrário que seguiu a população no sítio e organizou uma rede de relações econômicas e sociais na extensão do vale amazônico. No século XVIII é construída a Fortaleza de São José, o objetivo de servir como defesa do território para a colônia portuguesa, principalmente e celeiro agrícola com a prática da rizicultura (MARIN, 2005)⁴. Ao redor desta fortaleza, Macapá cresce e, em 1856, é elevada à categoria de cidade.

Outro fator de construção genética deste território, diz respeito à chegada de imigrantes dos Açores e das Ilhas Canárias (MARIN, 2005, p. 79), onde “Macapá e Mazagão foram diferentes na concepção e na gestão. As diferenças devem-se à profunda militarização e ao papel de colonos-soldados destinados a praças estratégicas”. Seu principal objetivo era a defesa do território, seu caráter militar, mas que necessitava de uma produção agrícola para

³ O golfo marajoara tem seu início nas proximidades do Porto de Moz e da Ilha Grande de Gurupá, no estado do Pará. Nessa sub-região da planície do grande rio Amazonas encontra-se a larga embocadura do rio Amazonas entre o Amapá e a Ilha de Marajó, o estreito de Breves a oeste desta ilha e terminando, no sentido leste-nordeste, a baía das Bocas seguida pelo rio Pará, o baixo Tocantins e a baía de Marajó (SANTOS, 2012, p. 50).

⁴ Segundo Marin (2005), na segunda metade do século XVIII, Portugal ensaiou transformar o delta amazônico e a planície fluvial (várzeas) em um celeiro agrícola através do cultivo e beneficiamento do arroz e do incentivo ao plantio de algodão, com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão pelo Marquês de Pombal. Foi principalmente em Macapá e nas áreas vizinhas que o projeto rizícola apareceu de forma mais acabada e intensa durante trinta anos. Nesse período a Amazônia sofre o desenvolvimento de sua rede urbana sob a égide da Companhia que, teve como ideia embrionária fomentar a passagem da acumulação de capital comercial em capital industrial em Portugal. As primeiras famílias de colonos, se mantinham por meio de relações sociais coercitivas, para se estabelecer o cultivo agrícola (ARAÚJO, 1998; QUEIROZ; COELHO, 2001).

alimentar a população ali residente. Inicialmente, foi realizada a prática de criação de gado e corte de madeiras, no entanto alguns administradores incentivavam mais a prática da agricultura o, que ocorria também com a cidade de Mazagão.

Acrescente-se, também, que As terras do Cabo do Norte abrigaram, com a entrada de colonos postos a bordo em Portugal, com os “escravos introduzidos da África e com indígenas mobilizados de locais diversos do vale amazônico, um sopro de povoamento. Macapá, situada a 36 léguas do Cabo do Norte, foi o epicentro desse povoamento” (MARIN, 2005, p. 85).

Quanto à Vila de Mazagão, foi fundada com o objetivo de abrigar as famílias lusitanas que se retiravam de Mazagão, na África, ocasionada pela pressão dos Mouros em retirar-se da Costa marroquina no século XVII (VIDAL, 2008; REIS, 1949), como resultado de um pesado investimento da coroa portuguesa na colonização desta fronteira amazônica e brasileira em construção.

Durante os anos seguintes, o povoamento da região se deu de forma instável, devido a epidemias, a insalubridade, proliferação de insetos e a precariedade dos núcleos e a baixa lucratividade da atividade agrícola⁵ (REIS, 1949; MARIN, 2005).

As trocas comerciais de Macapá com Belém se intensificaram, e após a saída da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão (1778), desenvolveu-se outro movimento na agricultura dos colonos, com a diminuição da produção de arroz, e as famílias avigoraram as atividades de extrativismo e policultura. As relações com o mercado de Belém ficaram mais importantes. Contudo, para o contexto amazônico, Corrêa (1987) afirma que com o fim daquela Companhia, a Amazônia sofre com a estagnação econômica e lento processo de crescimento urbano.

A vila de Mazagão e proximidades mostravam algumas décadas depois o espaço da agricultura, aparentemente mais estável com pequenas plantações de algodão na ilha Pará e a produção de farinha de mandioca para o consumo interno. A representação de fracasso e decadência da primeira colônia de Macapá, no século XIX, levou à realocação em cena de objetivos e interesses militares de ocupação da costa setentrional, em virtude de novos

⁵ Sobre a colonização nas terras do Cabo Norte existem as opiniões de autoridades do governo, viajantes, religiosos e historiadores. Concordam sobre o fracasso dos colonos e a insignificância a que ficaram reduzidas as vilas, mas reconhecem o êxito do arroz, da confecção de panos grosseiros de algodão. Trata-se do reconhecimento dos resultados da comercialização [...]. A propósito de Macapá, frisa-se o custo elevado para resultados ordinários. A insistência na decadência da agricultura dos colonos parte de comparações e expectativas criadas pelo regime de mercado que impôs excedentes cada vez maiores ao produtor. Mas a possibilidade de produzir excedente e vender defrontava-se com os problemas do mercado (preços) e do sistema de encargos imposto pelo Estado (dízimos), que reduziram a lucratividade do empreendimento familiar (MARIN, 2005, p. 90-91).

confrontos na região de fronteira, no início do século seguinte, por exemplo, com as repercussões do Movimento da Cabanagem, na região (MARIN, 2005).

A partir da segunda metade do século XIX, o povoamento da região ia crescendo, como demonstra Reis (1949), interessados na exploração de riquezas minerais, criação de gado e exploração de recursos naturais. Entre 8 a 10.000 brasileiros ocupavam a região entre Oiapoque e o Araguari. Entre o trecho de Amapá-pequeno e Tartarugal, em 1883, contavam-se 35 pequenos vilarejos. Marcava uma nova paisagem social e econômica, os sítios de caboclos, as fazendas de gado, as propriedades agrárias de maior corpo e os núcleos urbanos nascentes.

Em 1841, esses novos povoadores fundaram os burgos de Amapá, Cunaní, Cassiporé, Uaçá, Aracauá e Curupí, ocupando o território ambicionado pelos franceses de Caiena (REIS, 1949). No entanto, as relações estabelecidas com esses estrangeiros não cessaram e nem diminuíram o interesse dos mesmos, culminando com o intento⁶ entre brasileiros e franceses, na área do Contestado⁷, intensificados pela descoberta de ouro na região. Este litígio protagonizado por franceses e portugueses só teve fim com a assinatura do Laudo de Berna, em dezembro de 1900, que definia como pertencente ao Brasil as terras então contestadas.

Durante os anos seguintes, o povoamento da região se deu de forma instável, devido a epidemias, a insalubridade, proliferação de insetos e a precariedade dos núcleos e a baixa lucratividade da atividade agrícola⁸ (REIS, 1949; MARIN, 2005).

Em 1853, devido ao interesse dos franceses de Caiena na região mais ao norte, o senador Cândido Mendes apresentou um projeto que, visava a criação da “Província da Oiapoque” (REIS, 1949). Pelo projeto, a província teria por capital a cidade de Macapá, e abarcaria, também, o município de Mazagão. No entanto, apesar do interesse da população dos dois municípios em aprovar a questão, em 1873, o projeto não logrou êxito.

⁶ O intento armado ocorreu em 15 de março de 1895, com a incursão francesa na área do Contestado, onde os brasileiros lograram êxito, liderados pela figura de Francisco Xavier da Veiga Cabral (REIS, 1949).

⁷ O espaço do contestado era habitado sob a pretensa jurisdição portuguesa contestada pelos franceses, porém povoada por diferentes grupos indígenas em sua maioria aliados destes últimos. O Amapá de outrora, confundia-se com o nome de Terras do Cabo Norte, referência a um território distante e ermo, formado por savanas, manguezais e campos inundados, entre os atuais rios Oiapoque e Araguari (ROMANI, 2011).

⁸ Sobre a colonização nas terras do Cabo Norte existem as opiniões de autoridades do governo, viajantes, religiosos e historiadores. Concordam sobre o fracasso dos colonos e a insignificância a que ficaram reduzidas as vilas, mas reconhecem o êxito do arroz, da confecção de panos grosseiros de algodão. Trata-se do reconhecimento dos resultados da comercialização [...]. A propósito de Macapá, frisa-se o custo elevado para resultados ordinários. A insistência na decadência da agricultura dos colonos parte de comparações e expectativas criadas pelo regime de mercado que impôs excedentes cada vez maiores ao produtor. Mas a possibilidade de produzir excedente e vender defrontava-se com os problemas do mercado (preços) e do sistema de encargos imposto pelo Estado (dízimos), que reduziram a lucratividade do empreendimento familiar (MARIN, 2005, p. 90-91).

Quanto ao papel da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, no tocante ao comércio estabelecido com os colonos, a Companhia se encontrava em regime e monopólio de sobre o crédito, beneficiamento e transporte de mercadorias, o que incluía, também, o estabelecimento de preços e a cobrança de impostos. Esse comportamento gerou conflitos por parte dos negociantes com a Companhia, resultando na organização de um setor paralelo ao da Companhia do Grão Pará e Maranhão.

As trocas comerciais de Macapá com Belém se intensificaram, e após a saída da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão (1778), desenvolveu-se outro movimento na agricultura dos colonos, com a diminuição da produção de arroz, e as famílias avigoraram as atividades de extrativismo e policultura. As relações com o mercado de Belém ficaram mais importantes. Contudo, para o contexto amazônico, Corrêa (1987) afirma que com o fim daquela Companhia, a Amazônia sofre com a estagnação econômica e lento processo de crescimento urbano.

A vila de Mazagão e proximidades mostravam algumas décadas depois o espaço da agricultura, aparentemente mais estável com pequenas plantações de algodão na ilha Pará e a produção de farinha de mandioca para o consumo interno. A representação de fracasso e decadência da primeira colônia de Macapá, no século XIX, levou à realocação em cena de objetivos e interesses militares de ocupação da costa setentrional, em virtude de novos confrontos na região de fronteira, no início do século seguinte, por exemplo, com as repercussões do Movimento da Cabanagem, na região (MARIN, 2005).

Já em 1862, o panorama se transforma. Macapá nesse período, conta com 2.780 habitantes, de maioria composta por homens livres e, Mazagão possuía 3.653 habitantes, com minoria escrava. Em Macapá havia 8 engenhos, 60 fábricas pequenas de sabão, 1 olaria e 400 sítios de farinha (REIS, 1949). Já possuía uma certa quantidade de cabeças de gado nas fazendas, plantava-se milho, feijão, arroz, cacau, café, algodão e urucu. No entanto, a borracha constituía-se grande importância nos municípios, ao lado da farinha e da castanha. Em Mazagão, contava-se com 5 fábricas de mel, 9 fazendas de gado, plantações de cacau e produção de borracha e extração de castanha. “A lei provincial 86, de 30 de abril de 1841, vindo de encontro aos anseios de Mazagão⁹, restaurou-lhe a dignidade política que perdera em 1832, elevando-a a categoria, com o nome anterior” (REIS, 1949, p. 94). No caso de Macapá,

⁹ Nas primeiras décadas do século XIX, há mudanças importantes refletidas na criação ou supressão de vilas em decorrência da integração da região à Nação Brasileira (OLIVEIRA; SCHOR, 2008, p. 63). Mazagão, nesse período, tinha sido rebaixada à condição de “povoado de regeneração” por conta do Conselho do Governo, pois a vila se encontrava em decadência (REIS, 1949).

a vila foi elevada à condição de cidade, em 1856, pela lei provincial de 6 de setembro de mesmo ano.

Na primeira metade do século XX, o Amapá, que pertencia ao estado do Pará ganha uma nova configuração política e administrativa. Em 1943, foi criado o Território Federal do Amapá¹⁰, cuja capital fora a cidade do Amapá, onde se encontrava a base aérea construída pelos norte-americanos durante a 2ª guerra mundial e que possuía melhores condições infraestruturais à época. Contudo, em 1944, esta capital foi transferida para Macapá, por determinação do então Governador Janarí Nunes, e assim permanece até hoje. Esta transferência representa uma nova organização espacial amapaense, pois determina novos usos para o seu espaço, seja como receptor dos investimentos públicos de maior vulto; seja como receptor de investimentos privados pelo Grupo CAEMI (Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração), pelo seu maior representante, ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios Sociedade Anônima); seja pela sua conexão com o exterior pelo seu sistema portuário e aéreo.

O espaço da SRM, enquanto organização espacial surge como um emaranhado de grupos sociais diversos, formado por diferentes etnias e raças, que, através da apropriação das Terras do Cabo Norte construíram e fortaleceram a identidade nacional no norte da fronteira brasileira sob a égide do discurso de proteção e defesa do território nacional.

(RE)ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA SUB-REGIÃO DE MACAPÁ: AS AÇÕES GEOECONÔMICAS E TERRITORIAIS DA ICOMI

Na Amazônia, a incorporação de novos espaços aos circuitos do capital, na segunda metade do XX, esteve associada, em grande parte, a processos de apropriação de recursos naturais mediante sua conversão em mercadorias. A mercantilização de recursos naturais implica, necessariamente, a alteração das formas e dos conteúdos do espaço, produzindo impactos e alterações irreversíveis (MONTEIRO; COELHO; BARBOSA, 2011).

Segundo os autores acima, a valorização de minérios energéticos e não energéticos da Amazônia impulsionou transformações que, acompanhando a expansão das economias de escala e do sistema econômico capitalista global modificaram estruturas em diversas áreas da região. A SRM foi uma das sub-regiões afetada por essa valorização do setor mineral, por possuir jazidas de grande valor e potencial, em seu interior.

¹⁰ A justificativa oficial para a instalação dos Territórios Federais na década de 1940 foi a “defesa nacional”, em decorrência da 2ª Guerra Mundial, da necessidade de proteção da fronteira brasileira desocupada, como também das orientações da Constituição de 1937 para a sua instalação (PORTO, 2015).

O CICLO MINERAL E A ECONOMIA DA SUB-REGIÃO DE MACAPÁ

O ciclo mineral no estado do Amapá começa em 1882, com a descoberta de ouro por franceses, no rio Flexal, ao sul da cidade de Amapá e lá se instalaram para a exploração para a garimpagem. No entanto, é com a exploração mineral de manganês, através da ICOMI – Indústria Comércio de Minérios S.A., em Serra do Navio, distrito de Macapá, na SRM, que a mineração ganha expressão nacional e se inicia a experiência da mineração industrial. A primeira empresa a se instalar no espaço da SRM foi a ICOMI, no entanto, não foi a única.

Das descobertas de ouro na região do Lourenço, em fins do século XIX à descoberta do manganês da Serra do Navio na década de 1940 várias foram as empresas que se aventuraram na exploração mineral no Amapá e, de maneira mais intensa na sub-região de Macapá.

Em 1974 foi criada a empresa CADAM – Caulim da Amazônia Sociedade Anônima. Dois anos depois inicia o processo de lavra no município de Vitória do Jarí. Atualmente, a CADAM responde por mais de 30% da produção brasileira de caulim beneficiado e a segunda maior produção do país (IEPA, 2010). Na década de 1980, as empresas de mineração Novo Astro Sociedade Anônima (1983) e Mineração Yukio Yoshidome Sociedade Anônima (MYRSA) fizeram a exploração de ouro secundário na região de Lourenço, no município de Calçoene, entre 1983 e 1995, extraíndo mais de 20 toneladas de ouro nesse período. Na década de 2000 as empresas de mineração se concentram em Pedra Branca e Serra do Navio, Mazagão responde pela extração de cromita e Porto Grande com a retirada de mineração de minérios de segunda ordem (areia, seixo e brita).

No início do século XX, a siderurgia apresentava-se como uma das mais importantes atividades da economia mundial, principalmente a norte-americana, pois, no final da década de 1940, a URSS suspendeu a exportação da matéria-prima siderúrgica para os EUA, em virtude do embargo de materiais estratégicos por este País à URSS (PORTO, 2003). Esse fato forçou os norte-americanos a buscarem novos fornecedores de minério de ferro para atender a demanda interna de fabricação de aço.

A partir de então, o Brasil começou a ter participação fundamental no fornecimento desse minério aos EUA, com as explorações da Serra de Urucu (Corumbá, atualmente no Estado de Mato Grosso do Sul) e da Serra do Navio (AP) (PORTO, 2003). A localização geográfica privilegiada da jazida mineral amapaense, próxima aos maiores centros consumidores, notadamente o mercado norte-americano, gerou grande importância econômica e política, no contexto regional e nacional, dando início, assim, a pesquisas para se avaliar o potencial da jazida.

Nesse período, as atividades econômicas e sociais da SRM são revigoradas, com a criação do então Território Federal do Amapá - TFA, através do decreto-lei 5.812, de 13 de setembro de 1943. Este decreto engendrou os Territórios do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu. Essa incorporação territorial assim é descrita:

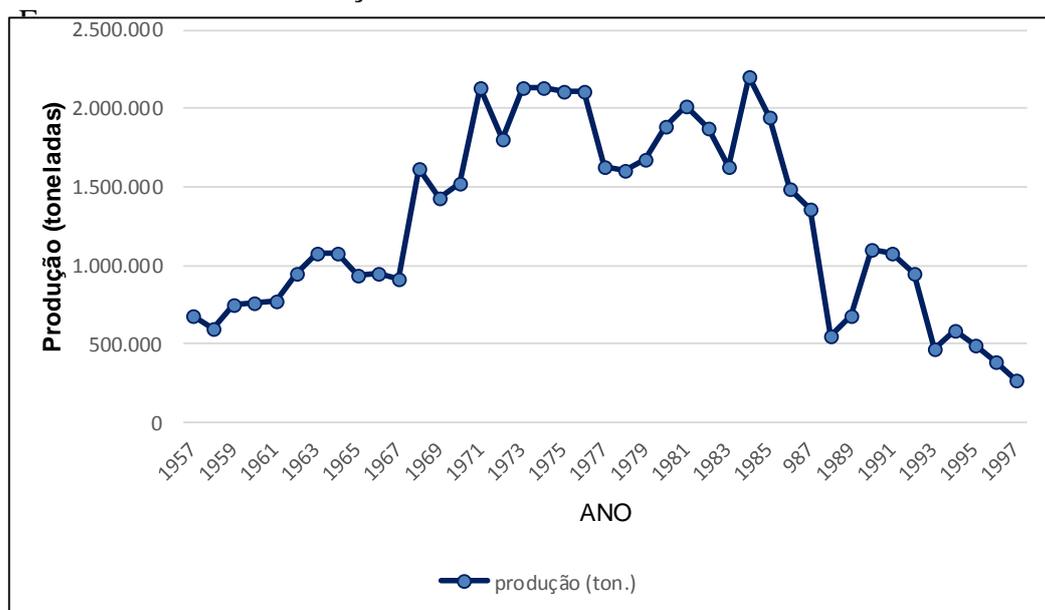
Esse campo territorial seria composto das áreas incorporadas ao Estado brasileiro conforme as regras do direito internacional, das áreas provenientes da perda de autonomia dos Estados que revelassem ausência de capacidade financeira para administrar-se, e finalmente das áreas que o Poder Federal, no interesse da defesa nacional, retirasse da direção dos Estados, de que vinham sendo parte integrantes (REIS, 1949, p. 123).

Ao analisar a importância da transformação do TFA, Porto (2003; 2014) afirma que, com essa transformação, a cidade de Macapá passa a concentrar os principais investimentos públicos e privados do Estado. Nesse período, com a descoberta de jazidas de minério de Manganês, impulsiona a organização espacial do espaço amapaense e da SRM, com a criação de uma *Company Town* em Serra do Navio e em Santana, a criação de um Porto de escoamento do minério no distrito de Santana e a instalação da ferrovia que liga o Porto à Serra do Navio.

Nesse sentido, a capital denota uma configuração ímpar na SRM, e lança as bases de seu controle dentro da mesma. Macapá surge como a cidade mais importante do TFA, pois comanda a vida do Território por ser sede administrativa, pela sua localização geográfica privilegiada, pela condição de entreposto comercial e pela exploração do manganês, em seu distrito de Serra do Navio. Nesse período, já apresentava dois voos regulares no sentido Macapá/Belém/Macapá, além de serviços de táxi aéreo e embarcações marítimas (AMAPÁ, 1971).

A cidade tem uma conexão tanto interna, com o TFA, quanto externa, com a Guiana Francesa e os países que compram o minério de manganês: Estados Unidos, Japão e Europa. O município exporta para Belém, centro intermediário para outras áreas nacionais, produtos de origem vegetal e animal para os mercados consumidores do sul do país e exterior através de madeiras compensadas pela Brumasa - Bruynzeel Madeira S.A. No entanto, é a mineração a maior expressão econômica da capital, representado pela ICOMI (AMAPÁ, 1971).

GRÁFICO 1 – PRODUÇÃO MINERAL DA ICOMI ENTRE 1957 E 1997



Fon
te:
Ch
aga
s,
201
3.

A atuação da ICOMI na sub-região de, 1957 a 1997, inaugura a fase de mineração industrial na Amazônia, antecedendo-se à Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). A produção mineira da ICOMI na SRM¹¹ foi de 52 milhões de toneladas de minério de ferro, o que representou, em média, 45% da produção nacional entre 1972 e 1995, chegando a 83% em 1973 (ver Gráfico 1). Além da produção de manganês, registrou-se no anuário de Estatística do Território, entre 1965 e 1969, a produção de cassiterita, columbita e tantalita.

A maior parte da produção mineral tinha como destino os EUA, seguido por parte da Europa, principalmente Inglaterra, França, Noruega, Alemanha, Itália, Iugoslávia, Grécia, Bélgica, Espanha, Tchecoslováquia, além do Canadá. A participação da ICOMI no mercado interno foi pequena, com fornecimento para siderúrgicas instaladas nos estados da Bahia e São Paulo (CHAGAS, 2013).

A exploração do manganês da Serra do Navio provocou diversas alterações na sociedade e na economia do Amapá. Os impactos decorrentes do empreendimento tiveram sua importância expandida pelo fato de ele ter se desenvolvido em um ambiente social caracterizado pela reduzida dimensão econômica, pelo número reduzido de habitantes e, pela fragilidade da organização do aparato estatal e da sociedade civil (MONTEIRO, 2003).

Em 1956 é criada Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, criada com objetivo de “construir e explorar sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e serviços correlatos [...] e estimular a criação de um parque industrial” (PORTO, 2003, p. 113),

¹¹ Infere-se aqui a produção mineral da ICOMI no estado do Amapá, porém, como a jazida mineral, a estrada de ferro e o Porto de escoamento da produção ficam no interior da SRM pode-se afirmar que essa produção se deu na sub-região de Macapá durante o período supracitado.

o que promoveu a instalação de infraestrutura no estado amapaense para dar suporte, principalmente, à produção industrial da ICOMI e a possível instalação de outras indústrias posteriormente. Esta atividade direcionou e fundamentou a economia amapaense nos 40 anos de ação do projeto, como também teve relevante participação na exploração de outras potencialidades amapaenses (PORTO, 2007).

Apesar do grande desenvolvimento da ICOMI, como empresa, o desenvolvimento, ora pensado para a *área core* da ASA, não fora tão bem sucedido. A questão energética é apontada como a grande vilã desta situação, pois os royalties ganhos com a ICOMI foram utilizados na construção da UHCN Coaracy Nunes. Todavia, a capacidade de produção energética da Usina de 78 MW, projetada para uma demanda de 200 MW até 2010 não atendia a ICOMI, pois a empresa utilizava uma termelétrica em Serra do Navio, segundo Chagas (2013).

Quanto às contribuições da mineração no estado do Amapá, Monteiro (2003, p. 114) afirma que as atividades minerometalúrgicas desenvolvidas na região foram competitivas, por um lado, “abasteceram indústrias de diversas partes do planeta, por outro, não foram capazes de impulsionar rapidamente processos regionais de desenvolvimento econômico e de modernização”. A região próxima da mineradora sofreu um aumento populacional nesse período¹².

As atividades ocorridas no interior do estado corroboraram para as ações de atuação do capital internacional na exploração dos recursos notadamente minerais amapaenses. Essas atividades, além de atrair um excedente populacional para o Estado, agregaram técnicas, tecnologias modernas e industriais, conformando, assim, uma nova configuração territorial e urbana¹³ e um ritmo novo de produção (PORTO e THEIS, 2015) do espaço produtivo amapaense.

Sobre a questão ambiental e o projeto de mineração de manganês da ICOMI, Em 1987, a ICOMI deu início a um programa ambiental, cuja primeira fase se caracterizou pela implantação de um sistema de controle ambiental do empreendimento e que, posteriormente

¹² Em 1955, estima-se que a população da Vila Serra do Navio representava 4,14% da população do Amapá. Em 1959, no terceiro ano de operação industrial da ICOMI, a população da Serra do Navio já era de 2.212 habitantes. A participação relativa da população da Vila Serra do Navio na população total do Amapá decaiu rapidamente nas décadas seguintes. Todavia, não se deve menosprezar a importância que teve a atuação da ICOMI na atração populacional e, conseqüentemente, no aumento da população de outras cidades e localidades do Amapá, especialmente Macapá e Santana. Além de influir na configuração demográfica da região.

¹³ No caso de Serra do Navio, foi criada uma *Company Town*, próximo à jazida de extração de manganês para abrigar os trabalhadores da Empresa ICOMI.

incorporou um PRAD¹⁴ – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas. A ICOMI também implantou um sistema de melhorias de nos sistemas de depósitos de rejeitos, manejo de águas residuárias e controle de poeiras nas unidades industriais (CHAGAS, 2013).

Estudos sobre a qualidade da água dos rios Amaparí e Aragarí realizados em Estudos de Impactos Ambientais (EIA's) indicam que os parâmetros estabelecidos pela resolução CONAMA 357/2007 se encontravam dentro da normalidade.

No entanto, houve a contaminação ambiental por arsênio, em Santana. No ano em que foram dadas por encerradas as atividades de mineração no Amapá, veio à tona uma possível contaminação por arsênio na área industrial/portuária da ICOMI localizada no município de Santana. A contaminação teria sido resultado do processo siderúrgico de enriquecimento do minério fino de manganês que a empresa desenvolveu entre 1973 e 1983 através de uma usina de pelletização. Os rejeitos depositados numa bacia construída próximo à usina liberaram metais, principalmente ferro, manganês e arsênio, para o sistema hídrico subterrâneo local, originando uma possível contaminação no meio ambiente e nas pessoas que ocupavam o entorno da bacia de rejeito e usufruíam das águas e fontes próximas (CHAGAS, 2013).

A contaminação iniciou com a pelletização do arsênio, através do aquecimento do manganês a altas temperaturas, para eliminar o minério de baixo teor. Nesse processo, o arsênio é lançado à atmosfera, resfria-se e cai. A chuva arrastava a substância para o lençol freático estabelecendo-a numa bacia de decantação que atingia diretamente a nascente do igarapé Elesbão.

Quanto à possível contaminação por arsênio em pessoas da região, laudos técnicos da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Instituto Evandro Chagas (IEC), e outros realizaram exames em moradores da Vila do Elesbão, às margens do canal norte do rio Amazonas, próxima ao Porto de Santana. O resultado foi de que “não há evidências de que ocorreu comprometimento da saúde da população residente associada à intoxicação por arsênio” (CHAGAS, 2013, p. 168).

Segundo Chagas (2013) várias propostas ocorreram para dar destino ao manganês contaminado por arsênio. Uma das propostas apresentada pela ICOMI foi aprovada, em 2000, prevendo a construção de um aterro controlado entre os quilômetros 34 e 35 da BR-156, próxima à estrada de ferro do Amapá. A obra não logrou êxito, pois as comunidades

¹⁴ O PRAD consiste num sistema de reabilitação das superfícies mineradas e inclui a regularização de taludes, implantação de sistema de drenagem de águas pluviais e reflorestamento de áreas desmatadas. O programa de reflorestamento objetiva a recomposição da floresta com essências nativas, observando sucessão natural: introdução de espécies pioneiras, formação de capoeiras, plantio de espécies secundárias e enriquecimento com espécies clímaxes (CRA, 1997, p. 32).

localizadas próximas à Área de Proteção Ambiental (APA) do rio Curiaú não permitiu a conclusão da obra, entrando em conflito com os atores envolvidos.

A questão só foi resolvida em 2004, quando a ICOMI embarcou 114.720 toneladas do minério de manganês contaminado em três navios para a China. Segundo o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), desde 2012 a contaminação desse minério foi extinta, e os teores de arsênio no lençol freático praticamente voltaram aos níveis originais.

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E EXPANSÃO DA SUB-REGIÃO DE MACAPÁ

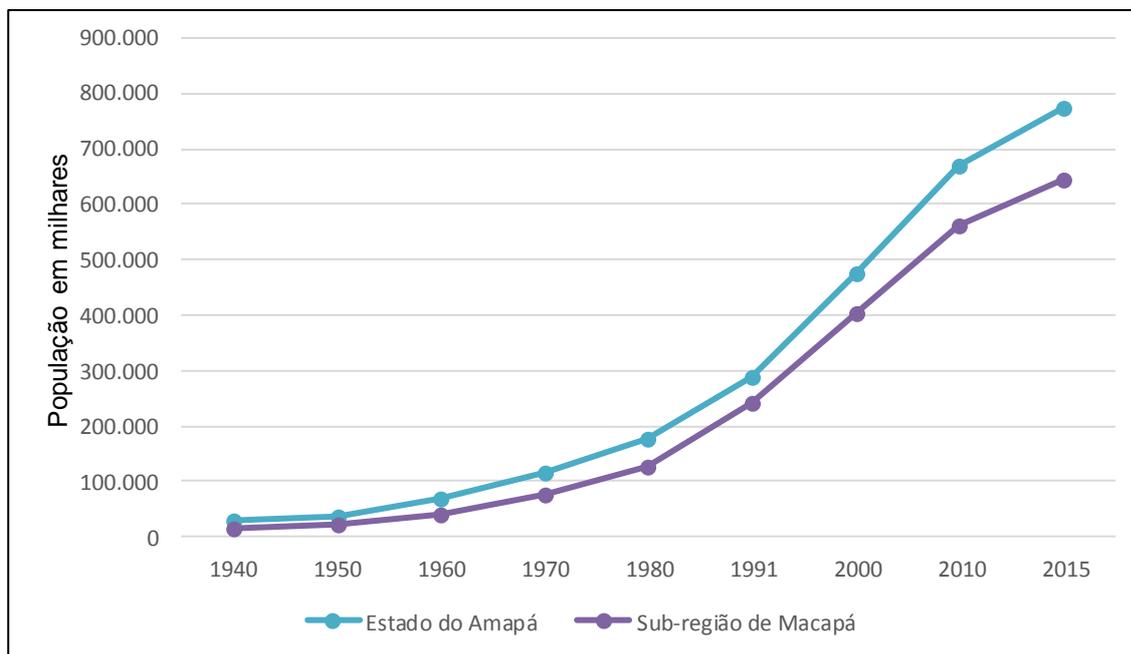
A partir da década de 1960, com a Ditadura militar, acelerou-se o processo de ocupação da Amazônia, marcado notadamente pelo planejamento governamental, a formação de um moderno aparelho de Estado e uma intervenção econômica. Nesse período, para acelerar a ocupação regional cria-se a Zona Franca de Manaus (ZFM) que responderá, em certa medida por investimentos futuros dentro da SRM.

Segundo Becker (2004), entre 1968 e 1974, o Estado brasileiro intervém com a instalação de uma malha “técno-política” constituída de todos os tipos de conexões e redes de atuação, tendo como base logística as cidades. Instalou tal tipo de malha na Amazônia, com vistas a completar a apropriação física e controlar o território: redes de circulação rodoviária, de telecomunicações, urbana, etc., subsídios ao fluxo de capital através de incentivos fiscais a créditos a baixos juros, indução de fluxos migratórios para povoamento e formação de um mercado de trabalho regional, inclusive com projetos de colonização, e superposição de territórios federais.

Entre 1960 e 1980 a região Norte apresentou crescimento demográfico de 48,3%, principalmente em áreas urbanas, por conta desse fluxo migratório induzido pelo Estado. Desse esse período, o Amapá apresentou saldos positivos de migração intrarregional (principalmente no sentido rural-urbano), até os dias atuais, e a SRM apresentou um crescimento demográfico quase que paralelo ao estado do Amapá (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Comparativo da evolução demográfica do estado do Amapá com a Sub-região de Macapá entre 1940 e 2015

Fonte: Censo IBGE. 2015*.



*População estimada até o dia 01 de julho de 2015.

Através desse processo, o crescimento demográfico do centro da ASA sofre um aumento nas cidades que abrigam o porto (Santana), a sede administrativa (Macapá) e a empresa ICOMI (centros econômico e de atividades da SRM) e, posteriormente, um aumento populacional no eixo sul, notadamente coincidindo com a instalação do Complexo Industrial do Jarí, no município de Laranjal do Jarí, comandado pelo Grupo CAEMI (responsável pela produção extrativista no Amapá). Durante esse período se expressa a dependência econômica do estado ao capital federal e ao capital externo, gerando um acúmulo de empresas que atuam no setor mineral e terciário (PORTO, 2010).

Segundo Amaral (2010), de maneira sucinta, pode-se dizer que os dois principais fatores que explicam o crescimento demográfico, urbano e econômico do Amapá, servem para entender a forte centralidade de Macapá¹⁵, pois nesta cidade concentram-se os principais investimentos, tanto aqueles decorrentes da produção da infraestrutura necessária para a administração do Território Federal, quanto os demandados pela ICOMI e pelo Grupo CAEMI, uma vez que Serra do Navio e o Porto de Santana faziam parte do município de Macapá.

O grupo CAEMI, em 1968, instala em Santana, a BRUMASA. Esse empreendimento teve como principal atividade a fabricação de compensados a partir da extração da espécie vegetal *virola* (*Virola surinamensis*) (PORTO, 2003). Nesse período, com a instalação da BRUMASA, o extrativismo vegetal irá corresponder com 32,4% da produção econômica amapaense no início de 1970. De 1973 a 1982 a empresa apresentou a média de produção de 22.074,9 Toneladas/ano de extração de *Virola surinamensis* (AMAPÁ, 1971). No entanto, nas décadas seguintes a atividade madeireira diminuiu drasticamente.

¹⁵ Sobre a centralidade urbana de Macapá, na SRM ver Santos e Amorim (2015).

Com o esgotamento da *virola surinamensis* na região das ilhas do golfo marajoara e do Estado do Amapá, a BRUMASA desativa suas instalações em 1988, sendo negociada com a fábrica de *cavacos* da Amapá Celulose S.A. (AMCEL) (PORTO, 2003). Esta, por sua vez, se encarregou em instalar uma nova área com infraestrutura adequada no Porto de Santana para estocagem do cavaco e da casca de *pinus eucalipto*, extraído dos municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes, onde a empresa possui uma vasta área.

Entre 1975 e 1987, a área *core* da ASA irá apresentar incrementos no setor produtivo vegetal e no setor energético. Com o término da construção da hidrelétrica, na Cachoeira do Paredão, em 1976 no rio Araguari, que passa a ser denominada de Coaracy Nunes (UHCN) (PORTO, 2003), a energia passa a ser utilizada tanto pelo setor industrial mineral, representado pela ICOMI e outras indústrias, quanto o setor residencial e de comércio, o que significou a primazia do setor energético dentro da SRM.

O crescimento do consumo de energia, principalmente, no setor residencial entre 1976 e 1985, aonde chegou a triplicar durante o período em termos percentuais e a quase cinco vezes mais em Mwh. No caso do setor industrial, que representava mais da metade do consumo em 1976 diminuiu bastante. Segundo Porto (2003) essa diminuição se deu devido ao crescimento do consumo em outras categorias, como residencial e o setor público e à não ampliação do parque industrial no Amapá. Dentro da sub-região de Macapá, os principais consumidores do setor industrial foram a ICOMI (1957-1997), a BRUMASA (1968-1988); a AMCEL (1988–atualmente), junto com as primeiras empresas no Distrito Industrial de Santana.

No contexto de desenvolvimento regional amazônico, destaca-se a abertura da rodovia Belém-Brasília, que provoca deslocamentos horizontais, principalmente, migrações intrarregionais, no sentido do Pará e Amapá, pois esses dois Estados contavam com a atividade mineral com a descoberta de jazidas de minério, em ambos. No entanto, antes mesmo da abertura da rodovia já existiam frentes de deslocamento de camponeses e conflitos fundiários com empresários e fazendeiros, no sul do Pará e sudoeste do Maranhão (AMARAL, 2010).

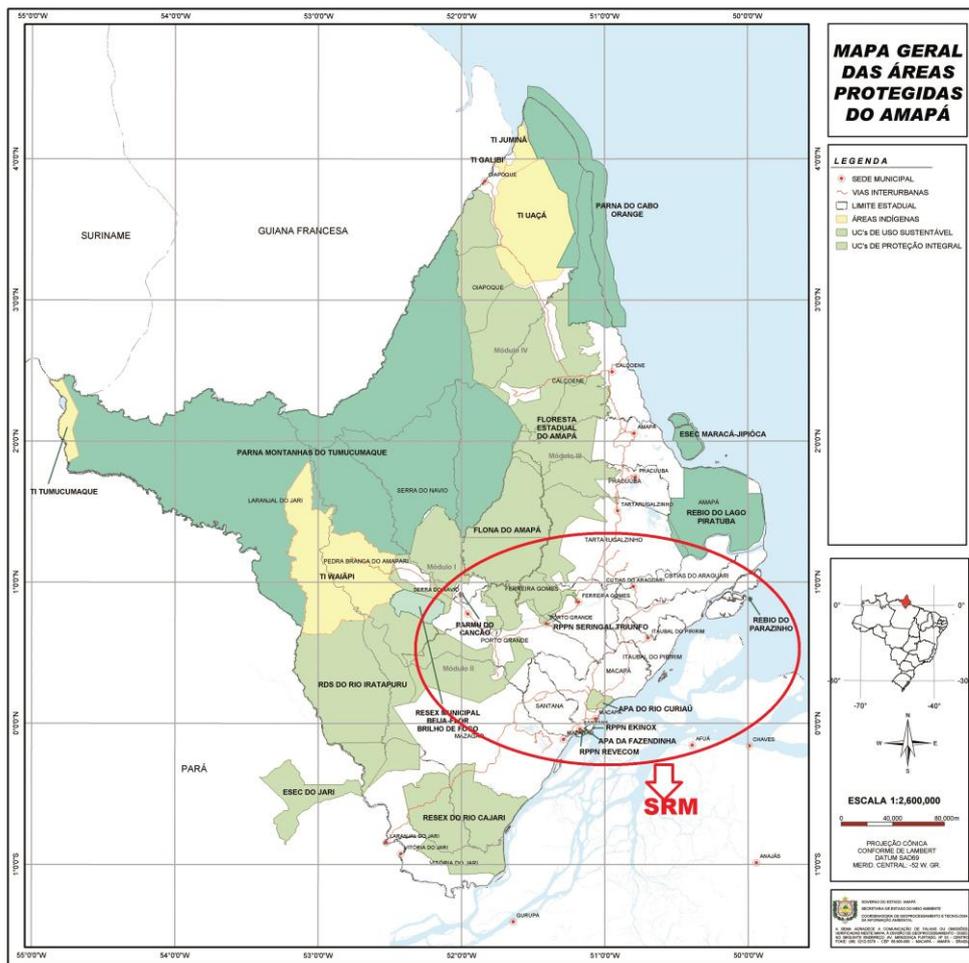


Figura 1:

Distribuição espacial das áreas protegidas do Amapá, com destaque para sub-região de Macapá
 Fonte: IEPA, 2010.

Segundo Becker (2004, p. 103), a partir da década de 1980, a Amazônia passa a ser foco dos debates internacionais acerca de seu uso e ocupação espontânea. Com isso, vários fatores coadunam com a política ambiental, visando o desenvolvimento sustentável: a) a resistência de populações tradicionais à expropriação de seus territórios e identidades; b) o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e a crise do Estado brasileiro; c) a pressão ambientalista nacional e internacional contra o uso predatório da natureza e; d) a resposta do governo brasileiro a essas pressões através da aceitação de projetos e programas em parceria com atores internacionais, da criação do Ministério do meio Ambiente (1993) e de uma política ambiental. O projeto Calha Norte (1985), a demarcação das Terras Indígenas (TI), a criação e demarcação de Unidades de Conservação (UC's) de diversos tipos se multiplicam na Amazônia, nessa década.

Nesse período, merece destaque o início da demarcação das TI's – Terras Indígenas, no espaço amapaense, e a criação de UC's – Unidades de Conservação, que vão configurar em uma diminuição significativa da gestão de seu território e uso do solo (Figura 1). Atualmente, o estado do Amapá, área *core* da ASA, possui 72% de seu território com algum grau de restrição institucional de uso e grande parte de suas gestões estão no âmbito federal, criando verdadeiros “espaços de restrição” (PORTO; THEIS, 2015). A área *core* da ASA, abriga atualmente em seu território, 19 UC's. Destas, doze estão sob a gestão do governo federal, cinco estão sob gestão do governo estadual, e duas sob a gestão do governo municipal, o que configura uma dificuldade de gestão de território por possuir um esfacelamento de poderes e usos do poder público pelas três esferas, acarretando em problemas de ordem institucional para a execução de obras, atividades e serviço no espaço amapaense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde sua gênese até a estadualização, a sub-região de Macapá passou por diversas mudanças e se (re)organizou espacialmente, primeiramente, como ponto estratégico e de defesa da entrada do vale amazônico e, posteriormente, com a introdução da mineração, para atender aos interesses do capital externo.

A fragmentação territorial que a sub-região de Macapá sofre ao longo dos anos, gera novas dinâmicas em seu interior, que passa a apresentar interações espaciais mais intensas com os municípios do interior da *core área* da ASA, além de colocar Santana ao lado de Macapá como centros econômico e urbano da SRM.

Os espaços de restrição tiveram um importante papel na concentração demográfica na SRM, visto que, a área de expansão territorial do estado amapaense ficou visivelmente compactada pelas UC's, causando uma macrocefalia urbana, em torno das cidades de Macapá e Santana. A implantação de gestão territorial a partir de áreas protegidas retirou do espaço amapaense a sua área de expansão, com exceção das reservas Indígenas, que atendem à população local, as demais são de espaços planejados e implantados externamente às dinâmicas locais. Com a criação do estado do Amapá novos atores se inserem na dinâmica urbana e regional da SRM, no entanto, este será fruto de uma discussão em outra oportunidade.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Prosperidade e Estagnação de Macapá Colonial: experiências dos colonos In: GOMES, Flávio dos Santos. **Nas terras do Cabo Norte** – fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira – Séc. XVIII/XIX (org.). Belém: Ed. UFPA, 1999.

AMAPÁ. **Termos de referência para o Plano de Ação Imediata de Macapá**. Macapá: 1971.

AMARAL, Márcio Douglas B. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental – Marabá (PA) e Macapá (AP)**. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2010.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro. Garamond. 2004.

BOYER, Véronique. Passado português, presente negro e indizibilidade ameríndia: o caso de Mazagão Velho, Amapá. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, nº 28 (2), 2008, p. 11-29.

CHAGAS, M. A. **Amapá: a mineração e o discurso da sustentabilidade – de Augusto Antunes a Eike Batista**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CHELALA, C. **A magnitude do Estado na socio-economia amapaense**. Macapá: MDR/UNIFAP, 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, 2008.

CHELALA, C.; ANDRADE, E. B.; PORTO, J. L. R. **O pensamento ambiental e as modalidades de unidades de conservação no Amapá**. Macapá, 2007. 15 p. (Mimeo.).

CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 141-162.

_____. **Região e Organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986. Série Princípios, n. 53.

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. A periodização da rede urbana na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, 1987. p. 35-64.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazôniaas**. São Paulo: Contexto, 2001.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Dados do Arquivo de Universo. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação/IBGE, 2001.

_____. **Censo demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 20/04/2015.

IEPA. Diagnóstico do setor mineral do Estado do Amapá. Macapá: IEPA, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad: Doralice B. Pereira; Sérgio Martins (do original: *La production del' espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

- _____. **A Revolução Urbana**. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- _____. **O direito à cidade**. Trad: Rubens E. Farias (do original: *Le Detroit à la Ville*). São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. **Lógica Formal, Lógica dialética**. Trad: Carlos Nelson Coutinho. (do original: *Logique formelle Logique dialectique*. Paris: Éditions Anthropos, 1969). 1ª impressão. Ed: Civilização Brasileira, 1991.
- LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. 1º ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2009.
- MACHADO, L. O. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. **Cadernos IPPUR**, vol. 13, n.1, jan./jul.1999, p. 109-138.
- _____. O controle intermitente do território Amazônico. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano 1, vol.2, p.19-32, 1997.
- MAGNAGO, Angélica A. A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.57, n.4, p. 65-90, out./dez.1995.
- MARX, Karl. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. São Paulo: Editora Fulgor, 1974.
- MONTEIRO, M. A; COELHO, M. C. N; BARBOSA, E. J. S. Fronteira, corredores de exportação e rede urbana na Amazônia oriental brasileira. **Revista GEOgraphia** Vol. 13, n. 26, 2011.
- OLIVEIRA, J. A; SCHOR, T. Manaus: Transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.
- OLIVEIRA, M. J. **Diagnóstico do setor mineral do Estado do Amapá**. Macapá: IEPA, 2010. 148 p.
- PORTO, J.L.R.; THEIS, I.M. Circuitos Da Economia Na fronteira amapaense: um híbrido de subsistemas para a sua reorganização espacial. **Labor & Engenho**, Campinas [SP] Brasil, v.9, n.2, p.101-114, abr./jun. 2015. <<http://www.conpadre.org>>.
- PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá**: Principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000). Macapá: SETEC, 2003.
- _____. Desenvolvimento Geográfico Desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Reformas da condição fronteiriça amapaense (1943- 2013). (**Tese de Pós-Doutorado**). Porto: Blumenau, FURB/PPGDR, 2014.
- _____. Novos usos e (re)construções da condição fronteiriça amapaense. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, ano 12, n. 2, p. 253-267, dez., 2009.
- _____. **Reinvenções do uso do território amapaense**. Projeto Percepções do Amapá. Macapá: Jadson Porto, 2010.
- PORTO, Jadson Luís Rebelo; SILVA, Gutemberg de Vilhena. **De periferia a espaço estratégico**: a construção da condição fronteiriça amapaense. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.
- QUEIROZ, J. M. História, mito e memória: o Cunani e outras republicas. In: GOMES, Flavio dos santos (Org.). **Nas terras do Cabo Norte**: Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII/XIX. Belém: EDUFPA, 1999.
- REIS, A. C. F. **Território do Amapá**: perfil histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial**: a definição das fronteiras. São Paulo, Universidade de São Paulo/USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Departamento de História Econômica, 2006. Tese (Doutorado).

RIBEIRO, M. A. A rede urbana amazônica – da rede dendrítica à configuração de uma rede complexa. In: SPOSITO, M. E. B. **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente (SP): UNESP, 2001.

SANTOS, R. V; AMORIM, J. P. A. **A centralidade urbana sub-regional de Macapá-Ap e sua região de influência**. Anais XVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Realizado em Belo Horizonte, de 18 a 25 de maio de 2015. Belo Horizonte – MG, 2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: Ensaios. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156p.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Por Uma Geografia Nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6º ed. São Paulo: Edusp, 2004. (Coleção Milton Santos).

_____. **A urbanização brasileira**. 5º ed. São Paulo: Edusp, 2005a. (Coleção Milton Santos).

_____. **Da totalidade do Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005b. (Coleção Milton Santos).

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4º ed. 2. reimpr. - São Paulo: Edusp, 2006. (Coleção Milton Santos).

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. 5º ed. 2º reimpressão. São Paulo: Edusp, 2009. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil**: sociedade e território no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad: Myrna T. Rego Viana. 2. ed. 1. Reimpr. - São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, E. R. C. **Amazônia Setentrional Amapaense**: do “mundo” das águas às florestas protegidas. Tese (Doutorado), FCT-UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, SP, Brasil, 2012.

SILVA, Oséias Teixeira da. O conceito de centro e centralidade como um instrumento de compreensão da realidade urbana. **XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro, novembro, 2013.

SILVEIRA, María Laura. Globalización y circuitos de la economía urbana em ciudades brasileñas. In: **Cuaderno del CENDES**, ano 21, n. 57, 2004.

_____. Modernizações territoriais e os dois circuitos da economia urbana. **XIV- Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. Revista **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 101-114, jan./dez., 2007.

SPOSITO, M.E.B. **Multi (poli) centralidade**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1996.

TRINDADE JR. Et. al., (Orgs.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: FASE/COMOVA, 2009.

TRINDADE JR. Saint-Clair da. Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 13. n. 2. p. 135-151. Novembro, 2011.

_____. Grandes Projetos, Urbanização do Território e Metropolização na Amazônia. **Revista Terra Livre**. v. 1, n. 26. p. 177-194. Jan-Jun/2006.

TOSTES, José Alberto. **Planos diretores no estado do Amapá: uma contribuição**. Macapá: J. A. Tostes, 2006.

_____. Transformações e dinâmicas urbanas ocorridas nas cidades do Estado do Amapá no período de 1950 a 2010. In: **Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial / Jadson Luís Rebelo Porto, Durbens M. Nascimento. (orgs.) — Rio de Janeiro: Publit, 2013.**

TOSTES, J.A.; PELAES, F.M.A. **Planejamento e Estrutura no Polo Turístico Maracá-Cunani**. VI Encontro Nacional da Anppas. 18 a 21 de setembro de 2012. Belém - PA – Brasil.

VELOSO, Tiago. Dinâmicas sub-regionais e expressões metropolitanas na Amazônia brasileira: olhares em perspectiva. **Novos Cadernos NAEA**. v. 17, n. 1, p. 177-202. Jun/2014.

VERÍSSIMO et. al. **O Setor Madeireiro no Amapá: Situação atual e Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável**. Governo do Estado do Amapá & Imazon, 1999. 74 p.

VERÍSSIMO, A. & LIMA, E. **Caracterização dos pólos madeireiros da Amazônia Legal**. Documento interno. Imazon, 1999.

VIDAL, Laurent. Nova Mazagão, a cidade palimpsesto (1770-1778). In: Idem. **Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 137-190.